

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

**Informações contábeis intermediárias em
30 de junho de 2026**

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Informações Contábeis Intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS	12
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	16
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	17
8	PARTES RELACIONADAS	19
9	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	21
10	INTANGÍVEL	21
11	ATIVOS DE CONTRATO	21
12	FORNECEDORES	22
13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	23
14	DEBÊNTURES	24
15	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	25
16	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	26
17	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	27
18	PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES	29
19	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	30
20	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	31
21	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34
22	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	35
23	CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	36
24	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	36
25	RESULTADO FINANCEIRO	37
26	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	37
27	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	41
28	COMPROMISSOS FUTUROS	42
29	EVENTOS SUBSEQUENTES	42

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias, (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 12 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025



(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025	Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.333.566	466.065	Fornecedores	12	575.951	731.373
Aplicações financeiras	5	123.468	890.697	Fornecedores - risco sacado	12.1	60.934	60.757
Contas a receber de clientes	6	1.157.611	1.163.475	Empréstimos e financiamentos	13	917.849	128.860
Almoxarifado		28.448	36.416	Debêntures	14	171.215	147.139
Impostos e contribuições a recuperar	18.1	336.453	256.187	Passivo de arrendamento		1.542	1.456
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		79.649	59.726	Impostos e contribuições a recolher	15	580.891	249.579
Depósitos judiciais	17	2.369	4.887	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		3	16
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	436.413	171.104	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	36.993	86.609
Instrumentos financeiros derivativos	26.5	12.128	7.305	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		19.311	16.909
Serviços pedidos		98.802	154.067	Contribuição de iluminação pública		19.524	20.401
Outras contas a receber		211.849	204.488	Encargos setoriais		73.654	73.635
Total do ativo circulante		3.820.756	3.414.417	Participação nos lucros		804	5.084
				Provisão para riscos judiciais	17	423.327	409.941
				Benefício pós-emprego		112.887	105.454
				Outras contas a pagar		133.029	192.591
				Total do passivo circulante		3.127.914	2.229.804
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	135.859	135.858	Empréstimos e financiamentos	13	1.728.625	2.121.823
Serviços pedidos		50.752	50.752	Debêntures	14	6.424.669	5.654.721
Impostos e contribuições a recuperar	18.1	490.377	184.256	Passivo de arrendamento		3.371	4.149
Depósitos judiciais	17	220.785	210.392	Impostos e contribuições a recolher	15	1.805.907	2.630.360
Instrumentos financeiro derivativos	26.5	-	4.208	Encargos setoriais		75.022	57.667
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	220.047	324.444	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	527.277	154.801
Benefício pós-emprego		14	12	Instrumentos financeiro derivativos	26.5	134.300	-
Ativo financeiro da concessão	9	1.443.538	1.116.348	Provisão para riscos judiciais	17	621.716	597.000
Intangível	10	4.270.520	3.334.730	Benefício pós-emprego		704.073	723.135
Ativos de contrato	11	339.140	1.215.790	Outras contas a pagar		96.037	92.620
Direito de uso		4.408	5.173	Total do passivo não circulante		12.120.997	12.036.276
Outras contas a receber		1.365	1.156				
Total do ativo não circulante		7.176.805	6.583.119	Patrimônio líquido negativo			
				Capital social	19.1	3.385.861	3.385.861
				Ajuste de avaliação patrimonial		(1.036.303)	(1.020.717)
				Reserva de capital		2.064	1.865
				Prejuízos acumulados		(6.602.972)	(6.635.553)
				Total do Patrimônio líquido negativo		(4.251.350)	(4.268.544)
Total do ativo		10.997.561	9.997.536	Total do passivo e Patrimônio líquido negativo		10.997.561	9.997.536

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	Nota	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita operacional líquida	21	1.860.383	3.619.206	1.406.243	2.968.569
Custos com Energia Elétrica	23	(842.094)	(1.734.886)	(796.685)	(1.565.776)
Custo de construção		(281.750)	(589.774)	(302.308)	(610.502)
Custo da operação		(158.544)	(300.489)	(141.969)	(265.991)
Custos de energia elétrica, construção e operação	22	(1.282.388)	(2.625.149)	(1.240.962)	(2.442.269)
Lucro bruto		577.995	994.057	165.281	526.300
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	22	(48.613)	(94.427)	(49.551)	(88.128)
Despesas gerais e administrativas	22	(76.395)	(151.617)	(54.693)	(100.403)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	22	2.223	(24.898)	(6.794)	(36.524)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(123.037)	(125.590)	(4.452)	(29)
Total de despesas operacionais		(245.822)	(396.532)	(115.490)	(225.084)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		332.173	597.525	49.791	301.216
Receitas financeiras	25	422.494	890.602	202.608	523.467
Despesas financeiras	25	(681.279)	(1.455.546)	(487.727)	(1.063.393)
Resultado financeiro		(258.785)	(564.944)	(285.119)	(539.926)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		73.388	32.581	(235.328)	(238.710)
Lucro (prejuízo) do período		73.388	32.581	(235.328)	(238.710)
Resultado básico e diluído por ação ordinária	19.2	1,07520	0,47734	(3,44778)	(3,49733)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	19.2	1,07520	0,47734	(3,44778)	(3,49733)
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		68.255	68.255	68.255	68.255

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Lucro (prejuízo) do período	73.388	32.581	(235.328)	(238.710)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultado de <i>hedge accounting</i>	81.920	79.461	75.629	79.461
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	81.920	79.461	75.629	79.461
Total resultados abrangentes	155.308	112.042	(159.699)	(159.249)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		3.385.861	1.570	(1.074.793)	(5.930.969)	(3.618.331)
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>	20.1	-	203	-	-	203
Resultado abrangente do período						
Resultado de <i>hedge accounting</i>	26.5	-	-	79.461	-	79.461
Prejuízo do período		-	-	-	(238.710)	(238.710)
Saldos em 30 de junho de 2025		3.385.861	1.773	(995.332)	(6.169.679)	(3.777.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		3.385.861	1.865	(1.020.717)	(6.635.553)	(4.268.544)
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>	20.1	-	91	-	-	91
Pagamentos baseados em ações - <i>Matching Shares</i>	20.3	-	108	-	-	108
Resultado abrangente do período						
Resultado de <i>hedge accounting</i>	26.5	-	-	(15.586)	-	(15.586)
Lucro do período		-	-	-	32.581	32.581
Saldos em 30 de junho de 2026		3.385.861	2.064	(1.036.303)	(6.602.972)	(4.251.350)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do período	32.581	(238.710)
Ajustes para:		
Amortização	199.150	112.440
Baixa de intangível, financeiro e contratual	28.895	8.364
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	493.383	245.998
Marcação a valor justo da dívida	(69.060)	(60.182)
Provisão para riscos judiciais	102.599	98.926
Provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	24.898	36.524
Baixa de recebíveis incobráveis	1.332	1.337
Ajuste a valor presente	(1.383)	11.367
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	153.061	208.350
Atualização do ativo financeiro	(39.283)	(46.863)
Provisão e atualização dos encargos setoriais	28.323	24.229
Valores a devolver (receber) de parcela A e outros itens financeiros	(215.062)	(148.103)
Provisão para perdas de estoques	(58.807)	(41.165)
Participação nos lucros	9.310	3.246
Rendimentos de aplicações financeiras	(25.224)	(60.247)
Atualização de PIS/COFINS a recuperar	(79.860)	(3.419)
Plano de aposentadoria e pensão	(11.631)	-
Atualização geração distribuída	-	(220)
Valor justo das opções de compra	1.094	1.839
Subtotal	574.316	153.711
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Contas a receber de clientes	(11.913)	(44.754)
Almoxarifado	7.968	(11.472)
Serviços pedidos	55.909	(45.891)
Impostos e contribuições a recuperar	(20.723)	(11.362)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(19.923)	2.213
Outros créditos a receber	(14.641)	56.600
Depósitos judiciais	(7.875)	(3.561)
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	4.534	5.129
Fornecedores	(164.244)	32.887
Fornecedores - risco sacado	177	11.347
Impostos e contribuições a recolher	(406.469)	153.070
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	860	(730)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(33.822)	(26.948)
Benefício pós emprego	-	(815)
Contribuição de iluminação pública	(877)	(633)
Encargos setoriais	(11.593)	(18.291)
Participação nos lucros	(13.590)	(7.869)
Provisão para riscos judiciais	(64.497)	(48.241)
Outras contas a pagar	(57.040)	(4.132)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de operacionais	(757.759)	36.547
Juros recebidos de aplicações financeiras	38.927	6.221
Imposto de renda e contribuição social pagos	(873)	-
Juros pagos	(438.390)	(297.335)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais	(583.779)	(100.856)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativos de contrato	(464.188)	(518.336)
Aplicação (resgate) das aplicações financeiras	753.526	63.462
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	289.338	(454.874)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	495.500	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(82.842)	(8.261)
Captação de debêntures, líquida dos custos de transação	750.000	700.000
Amortização do passivo de arrendamento	(716)	(598)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.161.942	691.141
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	867.501	135.411
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	466.065	83.929
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.333.566	219.340
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	867.501	135.411

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	4.637.639	3.602.192
Receitas de construção	589.774	610.502
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(24.898)	(36.524)
Outras receitas	(1)	-
Subtotal	5.202.514	4.176.170
Insumos adquiridos de terceiros (inclui - ICMS e IMA)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(2.324.660)	(2.176.278)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(265.553)	(272.810)
Outras despesas	(165.225)	(37.724)
Subtotal	(2.755.438)	(2.486.812)
Valor adicionado bruto	2.447.076	1.689.358
Amortização	(199.150)	(112.440)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	2.247.926	1.576.918
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	910.564	532.542
	910.564	532.542
Valor adicionado total a distribuir	3.158.490	2.109.460
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	38.862	37.164
Benefícios	11.632	10.999
FGTS	8.029	5.158
Subtotal	58.523	53.321
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	993.295	710.063
Estaduais	616.982	518.552
Municipais	9	68
Subtotal	1.610.286	1.228.683
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	667.550	697.423
Aluguéis	370.452	2.773
Outras despesas financeiras	419.098	365.970
Subtotal	1.457.100	1.066.166
Remuneração de capitais próprios		
Lucro (prejuízo) do período	32.581	(238.710)
	32.581	(238.710)
Valor adicionado	3.158.490	2.109.460

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1 Contexto operacional

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (“Companhia” ou “CEEE-D”), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Clovis Paim Grivot, nº 11, Bairro Humaitá, cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (“Equatorial Participações”), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km²(*), atendendo, em 30 de junho de 2026, 2.031.198 (*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Continuidade operacional

Quando da elaboração das informações contábeis intermediárias, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Para suportar essa avaliação, no período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve as ações de faturamento e cobrança.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R\$ 692.842 (R\$ 1.184.613 em 31 de dezembro de 2025), além de resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro positivo de R\$ 597.525 (R\$ 301.216 em 30 de junho de 2025).

A Companhia vem apresentando geração de caixa operacional negativo de R\$ 583.779 e lucro de R\$ 32.581 em 30 de junho de 2026 (caixa operacional negativo R\$ 100.856 e prejuízo de R\$ 238.710, em 30 de junho de 2025). Com objetivo de fortalecer seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- (i) Fortalecimento das ações de cobrança;
- (ii) Alongamento da dívida mediante captação de recursos em instituições financeiras de primeira linha, a custo de mercado e aval da Equatorial S.A., para liquidação dos empréstimos e debêntures classificadas no curto prazo, conforme apresentado nas notas explicativas nº 13 - Empréstimos e financiamentos e 14 - Debêntures. As novas captações, além do prazo, tiveram como objetivo garantir o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia;
- (iii) Expansão e diversificação das ações de combate ao furto de energia com manutenção de 145 equipes de combate às perdas em relação ao período findo de 30 de junho de 2025 e para o período findo em 30 de junho de 2026 foram mantidas 105 equipes com expansão das ligações em Sistema de Medição Centralizada (SMC); e
- (iv) Adoção de maior rigor e disciplina na gestão de despesas por meio de novos comitês implantados pela Equatorial S.A. na assunção do controle.

A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

1.2 Ocorrência de eventos climáticos extremos na área de concessão da CEEE-D

A área de concessão sob responsabilidade da Companhia está localizada em uma região sujeita à ocorrência de eventos climáticos extremos.

Em 28 de julho de 2025 ocorreu um evento climático que atingiu toda a área de concessão, com desligamento de 430 mil clientes no seu momento mais crítico. A normalização total do atendimento ocorreu em 04 de agosto de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço no curto, médio e longo prazo, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema.

Em 07 de novembro de 2025 um ciclone extratropical com rajadas de vento de até 100km/h atingiu a área de concessão da Companhia. Este evento ocasionou desligamentos em parte da concessão, chegando a 200 mil clientes desligados no seu momento mais crítico, aproximadamente 10% do total de consumidores. O atendimento em toda área de concessão foi normalizado em 11 de novembro de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema.

Em 30 de junho de 2026, os eventos climáticos totalizaram despesas registradas no valor de R\$ 1.886 (R\$ 4.800 em 30 de junho de 2025).

Adicionalmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou, em 2025, a Resolução Normativa nº 1.137, que estabelece diretrizes relacionadas à atuação das distribuidoras em situações de emergência e à comunicação com consumidores. A Companhia encontra-se em fase de implementação das exigências da norma, por meio de plano de ação interno, considerando os diferentes prazos regulatórios previstos. Quanto ao dimensionamento orçamentário, a Administração informa que, até a data de encerramento do período, não foi identificada a necessidade de alocação adicional de recursos em decorrência da aplicação da referida resolução.

Dessa forma, não houve reconhecimento contábil de efeitos relacionados à norma nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2026.

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, cujos efeitos foram iniciados em 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que altera a Lei Complementar nº 214/2025 e dispõe sobre a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e, em 29 de abril de 2026, foi editado o Decreto nº 12.955/2026, que regulamenta a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

O exercício de 2026 corresponde ao período de teste operacional, no qual ocorrem os fatos geradores e aplicam-se as alíquotas previstas em lei, permanecendo exigível o cumprimento das obrigações acessórias e ficando dispensado o recolhimento do IBS e da CBS para os contribuintes adimplentes com tais obrigações. A contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins permanecem

integralmente exigíveis, e eventual recolhimento de IBS e CBS seria compensável ou ressarcível nos termos do art. 348, incisos I e II, da Lei Complementar nº 214/2025, de modo que o período de teste não representa ônus tributário adicional.

Em 20 de julho de 2026, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Orientação Técnica CFC nº 1/2026, de caráter não vinculante, que não adota posição prescritiva quanto ao reconhecimento contábil no período de teste, atribuindo a decisão ao julgamento profissional. No exercício desse julgamento, a Administração avaliou a conformidade da Companhia com as obrigações acessórias e concluiu não se configurar obrigação presente com potencial de exigir a transferência de recursos econômicos, nos termos dos itens 4.43, alínea "b", e 4.45 da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)). Consequentemente, até 30 de junho de 2026, não foram reconhecidos passivos tributários de IBS e CBS nem os correspondentes créditos das operações de entrada. Eventual descumprimento das obrigações acessórias configuraria obrigação de natureza contingente, cuja saída de recursos não é considerada provável e que, portanto, não é objeto de reconhecimento, conforme CPC 25 / IAS 37 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A conclusão poderá ser revisada caso ocorram alterações legislativas, regulamentares ou interpretativas que modifiquem a avaliação atualmente adotada.

A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação, avaliando os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas.

Quando a cobrança se tornar efetiva, haverá mudança na forma de apresentação da receita. Atualmente, o ICMS, o PIS/Pasep e a Cofins integram a receita bruta e são apresentados como deduções até a receita líquida. O IBS e a CBS, por serem destacados do valor da operação e não representarem benefício econômico que permaneçam com a Companhia, não integrarão a receita em nenhuma linha da demonstração do resultado, conforme o CPC 47 / IFRS 15 — Receita de Contrato com Cliente. A receita passará a ser apresentada líquida desses tributos, com reflexos na comparabilidade entre exercícios, em razão da mudança estrutural da base de apresentação das operações.

Na data-base destas informações trimestrais, a Reforma Tributária sobre o Consumo não produziu impactos relevantes sobre o reconhecimento e a mensuração das operações da Companhia. Os impactos atualmente identificados referem-se, principalmente, às divulgações requeridas acerca dos efeitos esperados da implementação do novo modelo tributário e, quando da efetiva cobrança da CBS e do IBS, à forma de apresentação da receita na demonstração do resultado, o que poderá afetar a comparabilidade das informações entre os períodos.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações contábeis intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e

estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações contábeis intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de agosto de 2026.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis a essas informações contábeis intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026, resumidas no quadro abaixo, e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias, não tendo sido necessário alterar suas políticas contábeis nem realizar ajustes retrospectivos em decorrência de sua adoção.

Norma	Descrição da alteração	Impactos contábeis	Vigência
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros (CPC 48 e CPC 40)	O IASB emitiu duas alterações às referidas normas, com igual vigência: (i) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: esclarece o momento da baixa (<i>derecognition</i>) de passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos de pagamento, com a introdução de opção contábil para reconhecer a extinção antes da entrega efetiva dos recursos quando atendidas condições determinadas, e a forma de análise dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros cujas taxas ou retornos estejam vinculados a metas ambientais, sociais e de governança (ASG), definindo se tais ativos qualificam-se para mensuração ao custo amortizado. Amplia, ainda, as exigências de divulgação relativas a participações societárias designadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos com cláusulas contingentes. (ii) Contratos que referenciam eletricidade dependente da natureza: aplica-se a contratos de compra e venda de energia de fontes cuja geração depende de condições naturais não controláveis (eólica e solar), tipicamente estruturados como contratos de longo prazo (<i>power purchase agreements</i> — PPAs). Esclarece a aplicação da exceção de “uso próprio” (<i>own-use</i>), permite a designação desses contratos como instrumentos de <i>hedge</i> em relações de fluxo de caixa e introduz novos requisitos de divulgação sobre seus efeitos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.	Sem impactos relevantes na aplicação inicial.	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Promovem alterações de esclarecimento, simplificação e correção nas seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial (CPC 37), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (CPC 40), IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48), IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas (CPC 36) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)).	Sem impactos relevantes.	01/01/2026

3.1.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Avaliação de possíveis impactos	Vigência
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que todas as entidades classifiquem as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, [JS1] e forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51/IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas relacionadas à demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração, incluindo a reconciliação com o subtotal mais diretamente comparável. A norma introduz, ainda, novos requisitos para a agregação e desagregação de informações com base nas funções identificadas nas demonstrações financeiras primárias e nas notas explicativas. Foram feitas alterações de escopo restrito ao CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida do método indireto de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros, além de alterações consequentes em outras normas.	A Companhia está avaliando os impactos da norma, que se concentram na forma de apresentação e divulgação, sem afetar o reconhecimento ou a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. Estão em revisão: (i) o mapeamento do plano de contas às cinco categorias e a reclassificação de receitas e despesas; (ii) a definição e a reconciliação das medidas de desempenho da Administração; (iii) os ajustes na demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto; e (iv) a preparação dos dados comparativos de 2026. A adoção da norma não deverá gerar ajustes nos saldos patrimoniais, sendo identificada a necessidade de reclassificação e reapresentação das informações comparativas dos relatórios citados na descrição da norma.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. A norma substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.
IFRS 20: Ativos e passivos regulatórios (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento)	A IFRS 20 estabelece que a compensação por bens ou serviços regulados deve ser reconhecida no mesmo período em que tais bens ou serviços são fornecidos. A norma disciplina o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de ativos e passivos regulatórios, bem como de receitas e despesas regulatórias, complementando as informações já divulgadas sob outras IFRS, em especial o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes. A IFRS 20 introduz o conceito de "diferença temporal" entre o momento em que a entidade fornece os bens ou serviços regulados e o momento em que os cobra dos clientes por meio das tarifas, exigindo o reconhecimento de ativo ou passivo regulatório e da correspondente receita ou despesa regulatória, mensurados por técnica baseada em fluxo de caixa descontado à taxa de juros regulatória. Sua aplicação visa refletir, de forma fiel, os efeitos da regulação sobre o desempenho financeiro e a posição patrimonial da entidade, além de fornecer maior transparência quanto aos impactos nos fluxos de caixa futuros.	A Companhia está acompanhando a evolução da norma, cujos efeitos são potencialmente relevantes por atuar em atividade regulada por tarifas. Contudo, a avaliação dos impactos e a definição do tratamento contábil a ser adotado dependem do posicionamento do CPC quanto à recepção e à disciplina de aplicação da norma no Brasil. A Companhia ainda não concluiu a quantificação dos efeitos e adotará as medidas necessárias após a manifestação do referido órgão.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2029. A norma substituirá a IFRS 14 – Contas de Diferimento Regulatório. A norma ainda não foi recepcionada no Brasil, estando pendente de edição do pronunciamento correlato pelo CPC e de referendo pela CVM, dos quais dependerá a eventual permissão de adoção antecipada.

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	21.923	28.815
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	931.456	437.250
Operações compromissadas	380.187	-
Subtotal de equivalentes de caixa	1.311.643	437.250
Total	1.333.566	466.065

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no período findo em 30 de junho de 2026, equivale a 99,82% do CDI (101,57% em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimentos	123.468	868.154
Cotas de fundos de investimento FIDC	-	22.543
Total	123.468	890.697

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no período findo em 30 de junho de 2026 equivale a 103,33% do CDI (102,02% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	30/06/2026				31/12/2025			
	Vencidos				Vencidos			
	A Vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	229.013	117.884	385.602	732.499	257.080	105.488	392.889	755.457
Industrial	7.136	4.340	9.985	21.461	9.610	2.144	10.425	22.179
Comercial	74.366	29.252	103.883	207.501	104.107	29.274	105.966	239.347
Rural	21.092	15.276	29.729	66.097	26.404	9.689	24.939	61.032
Poder público	17.160	6.465	1.279	24.904	13.430	1.795	775	16.000
Iluminação pública	7.785	2.457	3.073	13.315	12.022	2.470	3.470	17.962
Serviço público	7.182	1.569	400	9.151	4.387	1.403	234	6.024
Contas a receber de consumidores faturados	363.734	177.243	533.951	1.074.928	427.040	152.263	538.698	1.118.001
Residencial	84.909	17.434	167.309	269.652	83.433	16.733	160.926	261.092
Industrial	2.017	237	4.467	6.721	2.474	148	4.520	7.142
Comercial	43.492	3.025	66.395	112.912	45.808	3.966	67.223	116.997
Rural	25.185	938	5.197	31.320	26.771	830	4.666	32.267
Poder público	77.750	216	79	78.045	78.964	79	25	79.068
Iluminação pública	39.991	1.380	96	41.467	44.245	550	28	44.823
Serviço público	12	51	-	63	16	1	-	17
Parcelamentos (a)	273.356	23.281	243.543	540.180	281.711	22.307	237.388	541.406
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	281.102	-	-	281.102	284.340	-	-	284.340
Baixa renda (c)	18.567	-	-	18.567	19.305	-	-	19.305
Outras	54.910	-	-	54.910	38.167	-	-	38.167
Subtotal	991.669	200.524	777.494	1.969.687	1.050.563	174.570	776.086	2.001.219
(-) PECLD	(63.872)	(40.471)	(571.874)	(676.217)	(65.145)	(33.473)	(603.268)	(701.886)
Total	927.797	160.053	205.620	1.293.470	985.418	141.097	172.818	1.299.333
Circulante				1.157.611				1.163.475
Não circulante				135.859				135.858

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, cujo saldo acumulado totaliza R\$ 180.694 em 30 de junho de 2026 (R\$ 182.077 em 31 de dezembro de 2025), a variação desse saldo no período, no montante líquido de R\$ 1.383, representa o efeito reconhecido no resultado financeiro, conforme nota explicativa nº 25 – Resultado Financeiro;
- (b) As contas a receber de clientes de consumidores não faturados, corresponde ao consumo estimado baseado no ciclo de leitura, o qual é encerrado após o período de fechamento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

6.2 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

	31/12/2025	(Provisões)/ Reversões (b)	Baixas	30/06/2026
Contas a receber de consumidores faturados	(425.314)	(5.084)	32.592	(397.806)
Parcelamentos	(238.568)	(19.623)	9.631	(248.560)
Contas a receber de consumidores não faturados	(6.739)	(8)	-	(6.747)
Outras (a)	(31.265)	6.880	1.281	(23.104)
Total	(701.886)	(17.835)	43.504	(676.217)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021; e
- (b) A movimentação líquida no período findo em 30 de junho de 2026, gerou uma provisão, no montante de R\$ 17.835, com impacto no resultado operacional e no resultado financeiro de R\$ 17.646 e R\$ 189, respectivamente, conforme notas explicativas nº 22 – Custo do serviço e despesas operacionais e nº 25 – Resultado financeiro. A Companhia revisou e atualizou a matriz de provisão utilizada na apuração da PECLD, visando refletir de forma mais tempestiva as variações no perfil de risco da carteira de clientes. Não houve alteração da política contábil divulgada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, nem da metodologia de mensuração nela descrita. A alteração decorre da atualização dos parâmetros e premissas utilizados na elaboração da estimativa, caracterizando-se como mudança de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com efeitos reconhecidos prospectivamente e sem representação de períodos anteriores.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)



7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2025	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	30/06/2026
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	155.407	70.729	(81.641)	11.369	-	-	155.864
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	11.887	(4.912)	(7.671)	359	-	-	(337)
Rede básica (b)	68.501	29.160	(28.472)	4.523	-	-	73.712
Compra de energia CVA (c)	391.921	94.957	(80.619)	27.088	-	-	433.347
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	(15.347)	17.415	1.405	(650)	-	-	2.823
Transp. Itaipú	6.286	2.480	(1.773)	414	-	-	7.407
Subtotal	618.655	209.829	(198.771)	43.103	-	-	672.816
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (e)	42.769	85.799	7.927	4.990	-	-	141.485
Neutralidade (f)	(46.589)	(49.023)	26.234	(2.384)	-	-	(71.762)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(46.803)	(18.752)	15.456	(470)	-	-	(50.569)
Compensação créditos PIS/COFINS (g)	70	-	50.506	(960)	-	(49.616)	-
Risco hidrológico	(191.385)	-	23.464	(5.037)	-	-	(172.958)
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo	(6.856)	-	3.790	(268)	(4.534)	-	(7.868)
Outros	125.687	219	9.834	9.576	-	-	145.316
Subtotal	(123.107)	18.243	137.211	5.447	(4.534)	(49.616)	(16.356)
Total	495.548	228.072	(61.560)	48.550	(4.534)	(49.616)	656.460
Circulante							
Valores a receber	533.934						753.545
Valores a devolver	(362.830)						(317.132)
Efeito líquido ativo (passivo)	171.104						436.413
Não circulante							
Valores a receber	509.753						339.626
Valores a devolver	(185.309)						(119.579)
Efeito líquido ativo (passivo)	324.444						220.047
Efeito líquido total	495.548						656.460

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



- (a) A conta de CDE foi impactada no período pelos custos com a quota CDE USO, de acordo com a REH nº 3.564 de 09 de dezembro de 2025 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, no valor de constituição de R\$ 70.729;
- (b) O saldo da CVA Rede Básica foi impactado pelo aumento na contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) para 2026, o que resultou em custos com a Rede Básica superiores à cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário de 2025 no valor de R\$ 29.160;
- (c) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito negativo da variação da compra de energia em relação a cobertura tarifária de R\$ 93.556; (ii) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, com movimento positivo de constituição de R\$ 165.917 e (iii) o efeito positivo de R\$ 22.596 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada de maio e junho não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição positiva de R\$ 94.957;
- (d) A constituição positiva decorre, principalmente, da insuficiência da cobertura tarifária dos encargos setoriais ESS (Encargo de Serviço do Sistema), EER (Encargo de Energia de Reserva) e ERCAP (Encargo de Energia de Reserva de Capacidade) frente aos custos efetivamente incorridos pela distribuidora. O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, sendo o principal efeito a constituição positiva de R\$ 17.415;
- (e) A constituição ativa (positiva) de R\$ 85.799 deve-se ao cenário de receitas com a venda no mercado de curto prazo do excedente de energia inferior aos custos decorrentes da Exposição financeira e cobertura tarifária estalecida no processo tarifário;
- (f) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior (cobertura tarifária), ajustados pela taxa SELIC, conforme procedimentos de regulamentação vigente. No período atual, foi registrada uma constituição negativa de R\$ 49.023; e
- (g) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, conforme previsto no Despacho nº 361, de 9 de fevereiro de 2021. Veja nota explicativa nº 18 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualizando a Parcela B pelo IPCA deduzido do Fator X. A cada 5 anos é feita a Revisão Tarifária Periódica (RTP) sendo a próxima revisão em 2026, quando também é feito a revisão da base da Parcela B (custos gerenciáveis).

No mês de novembro de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3547, de 18 de novembro de 2025 foram reajustadas, em média, 19,53%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora. Em vigor de 22 de novembro de 2025 a 21 de novembro de 2026.

Além dos efeitos acima descritos no período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 14.106 (R\$ 73.808 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 5.271 (R\$ 126.581 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de faturamento junto aos clientes e R\$ 8.835 (R\$ 52.773 negativos em 31 de dezembro de 2025) recebendo por meio da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



8 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, entre outros, com as empresas descritas a seguir:

		30/06/2026		31/12/2025	
Companhias	Notas	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesa)
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.722	3.492	2.334	2.149
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.149	4.505	748	3.458
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	638	1.347	226	1.155
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	972	1.948	307	1.314
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	240	640	70	512
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.261	4.780	658	4.774
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	-	-	-	14
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	-	-	-	13
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(i)	-	-	-	20
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	-	-	-	50
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(i)	-	-	-	15
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(i)	-	-	-	17
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	-	-	-	27
Total		7.982	16.712	4.343	13.518
Outros créditos a receber (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2.448	-	2.116	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3.127	-	1.786	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1.315	-	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2.146	-	107	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3.738	-	797	-
Total		12.774	-	4.806	-
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	-	(3)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(433)	-	-	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(46)	-	(3.222)	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(818)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(730)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(167)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(1.916)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(876)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(1.031)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(1.031)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial – ICT	(e)	(1.831)	-	(115)	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(d)	(952)	(511)	(2.342)	(451)
Equatorial Serviços S.A.	(f)	(3.923)	(10.649)	(5.874)	(14.977)
Total		(7.185)	(11.160)	(11.556)	(21.997)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(8.283)	(16.135)	(4.323)	(11.130)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(2.356)	(4.310)	(818)	(4.017)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.104)	(1.967)	(344)	(1.699)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(744)	(1.439)	(300)	(1.516)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	(113)	(250)	(43)	(471)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(2.059)	(3.878)	(713)	(4.102)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(5)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(14)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(7)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(320)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(5)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(6)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(9)
Instituto Equatorial	(k)	-	(500)	-	(500)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(g)	-	-	(3.312)	(16.076)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência – EQTPREV		-	(42)	-	(91)
Total		(14.659)	(28.521)	(9.853)	(39.968)
		30/06/2026		31/12/2025	
Investimentos em serviço – (bens em comodato)		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(h)	105	(105)	107	(107)

- (a) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;

- (b) Os valores são provenientes da venda de materiais;
- (c) Os valores são provenientes da compra de materiais;
- (d) Saldos referentes a serviços de fornecimento de internet;
- (e) Os valores referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (f) Os valores são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (g) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a companhia (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval/fiança em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (h) Relação de ativos cedidos em comodato de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (i) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a junho de 2025 do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (j) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas janeiro a junho de 2025 dos serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa; e
- (k) Refere-se ao reconhecimento de despesas com doações concedidas a parte relacionada, sem expectativa de contraprestação, registradas no resultado do período.

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração e Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Presidente e Diretores. A remuneração global dos administradores foi fixada em até R\$ 6.077, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2026 (R\$ 6.100, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-emprego referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos estão apresentados na nota explicativa nº 20 – Planos de incentivo de longo prazo.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente aos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Total Remuneração fixa anual	518	1.181	483	1.573
Salário ou Pró-labore	504	1.153	469	1.545
Benefícios diretos e indiretos	14	28	14	28
Total Remuneração variável	918	918	608	608
Total Remuneração baseada em ações	1.943	2.202	252	413
Benefícios pós emprego	21	35	-	-
Total	3.400	4.336	1.343	2.594

8.2 Garantias

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia contam com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Atualização do ativo financeiro	Transferência - Ativos de contrato	Baixas	30/06/2026
Ativo financeiro	1.312.204	46.095	291.294	(3.387)	1.646.206
Obrigações especiais	(195.856)	(6.812)	-	-	(202.668)
Total	1.116.348	39.283	291.294	(3.387)	1.443.538

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		30/06/2026		
Em serviço	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão
Em serviço	4,36%	7.206.408	(2.753.833)	(182.055)
Total		7.206.408	(2.753.833)	(182.055)

		31/12/2025		
Em serviço	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão
Em serviço	4,44%	6.089.192	(2.570.325)	(184.137)
Total		6.089.192	(2.570.325)	(184.137)

10.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências Ativos de contrato	30/06/2026
Em serviço	6.089.192	-	(48.350)	1.165.566	7.206.408
(-) Amortização	(2.570.325)	(206.350)	22.842	-	(2.753.833)
Total em serviço	3.518.867	(206.350)	(25.508)	1.165.566	4.452.575
Obrigações especiais	(315.386)	-	-	(5.907)	(321.293)
(-) Amortização	131.249	7.989	-	-	139.238
Total em obrigações especiais	(184.137)	7.989	-	(5.907)	(182.055)
Total	3.334.730	(198.361)	(25.508)	1.159.659	4.270.520

11 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Adições (a)	Transferências		30/06/2026
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato (b)	1.477.329	530.967	(1.165.566)	(291.294)	551.436
(-) Provisão para perda de estoque e obras	(147.704)	58.807	-	-	(88.897)
Obrigações especiais	(113.835)	(15.471)	5.907	-	(123.399)
Total	1.215.790	574.303	(1.159.659)	(291.294)	339.140

(a) O montante de R\$ 574.303 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no período. Deste total, R\$ 464.188 impactaram o Caixa da Companhia e, conforme nota explicativa nº 27.1 – Transações que não afetam caixa, R\$ 8.822 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 36.224 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 6.262 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do IAS 23/CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 13 – Empréstimos e financiamentos e R\$ 58.807, refere-se a reversão de provisão para perda de estoque; e

(b) A Companhia possui, em 30 de junho de 2026, o saldo de almoxarifado de R\$ 294.447 (R\$ 364.460 em 31 de dezembro de 2025), classificados como ativos de contrato, referentes a materiais destinados a melhoria e expansão de rede tais como postes, cabos, medidores, religadores e transformadores.

A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída no período findo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

12 Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Suprimento de energia elétrica (a)	276.014	311.910
Encargos de uso da rede elétrica	131.097	122.169
Materiais e serviços	161.655	285.738
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	7.185	11.556
Total	575.951	731.373

- (a) O saldo em 30 de junho de 2026 apresentou uma redução de R\$ 35.896 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função das seguintes variações: (i) redução de R\$ 9.629 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia; e (ii) redução de R\$ 26.267 nas despesas do Mercado de Curto Prazo.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 51 dias (48 dias em 31 de dezembro de 2025).

12.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas através de uma plataforma 100% digital que também é acessada pelo fornecedor para selecionar as faturas que deseja antecipar, e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 60.934 (R\$ 60.757 em 31 de dezembro de 2025), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram no fluxo de caixa da Companhia em R\$ 293.235, no período findo em 30 de junho de 2026 (R\$ 476.469 em 31 de dezembro de 2025).

Em 30 de junho de 2026 o prazo médio de pagamento destes títulos é de 33 dias (36 dias em 31 de dezembro de 2025).

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo

		30/06/2026			31/12/2025		
	Custo da dívida (% a.a.)	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda estrangeira							
CDI	0,98% até 1,85%	827.650	517.170	1.344.820	75.059	861.806	936.865
Subtotal		827.650	517.170	1.344.820	75.059	861.806	936.865
Moeda nacional							
PRÉ-FIXADO	2,35%	42.244	260.088	302.332	6.129	292.741	298.870
CDI	0,34% até 1,10%	30.420	791.812	822.232	30.695	804.899	835.594
IPCA	7,38%	18.134	166.827	184.961	17.576	169.949	187.525
Subtotal		90.798	1.218.727	1.309.525	54.400	1.267.589	1.321.989
Custo de transação		(599)	(7.272)	(7.871)	(599)	(7.572)	(8.171)
Total moeda nacional (R\$)		90.199	1.211.455	1.301.654	53.801	1.260.017	1.313.818
Total		917.849	1.728.625	2.646.474	128.860	2.121.823	2.250.683

13.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	53.801	1.260.017	75.059	861.806	2.250.683
Ingressos	-	-	-	495.500	495.500
Encargos	54.772	-	29.316	-	84.088
Variação monetária, cambial	1.354	18.591	(40.371)	2.946	(17.480)
Transferências	53.147	(53.147)	843.082	(843.082)	-
Amortizações de principal	(20.782)	-	(62.060)	-	(82.842)
Pagamentos de juros	(51.486)	-	(17.376)	-	(68.862)
Marcação a valor justo	(907)	(14.006)	-	-	(14.913)
Custo de transação (a)	300	-	-	-	300
Saldos em 30 de junho de 2026	90.199	1.211.455	827.650	517.170	2.646.474

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

13.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2026, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	917.849	35%
2027	459.780	17%
2028	119.560	5%
2029	636.730	24%
2030	104.252	4%
Após 2030	415.575	15%
Subtotal	1.735.897	65%
Custo de transação (não circulante)	(7.272)	0%
Não circulante	1.728.625	65%
Total	2.646.474	100%

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



13.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants empréstimos	Bank of America	Citibank	Santander	Scotiabank
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,1	3,2	3,1	3,1

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, apurados anualmente com base em informações auditadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente.

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	30/06/2026			31/12/2025		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda nacional							
CDI	-0,02% até 1,08%	163.593	5.863.789	6.027.382	138.256	5.119.278	5.257.534
IPCA	5,44% até 6,50%	13.388	600.350	613.738	13.752	578.695	592.447
Subtotal		176.981	6.464.139	6.641.120	152.008	5.697.973	5.849.981
Custo de transação		(5.766)	(39.470)	(45.236)	(4.869)	(43.252)	(48.121)
Total moeda nacional		171.215	6.424.669	6.595.884	147.139	5.654.721	5.801.860
Total		171.215	6.424.669	6.595.884	147.139	5.654.721	5.801.860

14.2 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	147.139	5.654.721	5.801.860
Ingressos	-	750.000	750.000
Encargos	359.190	-	359.190
Transferências	(3.781)	3.781	-
Pagamento de juros	(334.216)	-	(334.216)
Variação monetária, cambial	-	70.314	70.314
Marcação a valor justo (a)	-	(54.147)	(54.147)
Custo de transação (b)	2.883	-	2.883
Saldos em 30 de junho de 2026	171.215	6.424.669	6.595.884

- (a) O saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e
(b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	171.215	3%
2028	410.127	6%
2029	1.474.818	22%
2030	1.365.000	21%
Após 2030	3.214.194	49%
Subtotal	6.464.139	98%
Custo de transação (não circulante)	(39.470)	-1%
Total Não circulante	6.424.669	97%
Total	6.595.884	100%

14.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures	3ª debêntures	5ª debêntures	6ª debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures	11ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,2	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e *EBITDA* contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
ICMS	38.962	44.033
ICMS parcelamento (a)	482.389	146.557
PIS e COFINS	26.251	25.617
Parcelamento Federal	15.330	14.520
ISS	8.771	4.690
Outros	9.188	14.162
Subtotal	580.891	249.579
Não circulante		
ICMS parcelamento (a)	1.794.410	2.611.000
Parcelamento Federal	11.497	19.360
Subtotal	1.805.907	2.630.360
Total	2.386.798	2.879.939

- (a) De acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, a CEEE-D cedeu e transferiu à sua controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação se deu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação, que em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante previsto. O valor de R\$ 2.276.799 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e, conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	1.264.544	-	1.264.544
Multa	271.063	162.638	108.425
Juros	741.192	444.715	296.477
Total	2.276.799	607.353	1.669.446

Em 30 de abril de 2026, a Companhia realizou a migração dos débitos de ICMS anteriormente parcelados no âmbito do Programa REFAZ Energia Elétrica (Decreto Estadual nº 55.577/2020) para o Programa de Transação Tributária "Acordo Gaúcho", instituído pela Lei Estadual/RS nº 16.241/2024, regulamentado pelo Decreto nº 58.264/2025 e pelo Edital Conjunto PGE-RS/Receita Estadual nº 02/2025, transferindo saldo de R\$ 911.460. A transação prevê redução de 75% sobre juros e multas, sem desconto sobre o valor principal da dívida, o que resultou em benefício econômico de R\$ 354.583 reconhecido no resultado do período.

Ainda nos termos da transação celebrada, a liquidação do saldo ocorreu mediante pagamento de 40% em espécie, em quatro parcelas mensais, e quitação dos 60% remanescentes ocorrerá por meio de compensação com precatórios estaduais.

15.1 Cronograma de pagamento dos parcelamentos de ICMS

Expectativa de ICMS parcelamento a recolher

	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	482.389	21%
2027	36.111	2%
2028	76.231	3%
2029	81.576	4%
2030	145.059	6%
Após 2030	1.455.433	64%
Não circulante	1.794.410	79%
Total	2.276.799	100%

16 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

16.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) reconhecida no resultado, nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026		01/04/2025 a 30/06/2025		01/01/2025 a 30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	31.230	31.230	32.581	32.581	(235.328)	(235.328)	(238.710)	(238.710)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(7.807)	(2.810)	(8.145)	(2.932)	58.832	21.180	59.677	21.484
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro								
Outras (adições) exclusões permanentes	(16.635)	(5.869)	(823)	(117)	(10.204)	(3.707)	5.608	2.045
Atualização de Indébito Tributário	55.746	20.069	55.746	20.069	-	-	-	-
Prejuízo fiscal e base Negativa não reconhecidos	(30.121)	(10.964)	(46.778)	(17.020)	(48.628)	(17.473)	(65.285)	(23.529)
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	-	-	-	-	-	-	-	-

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



16.2 Impostos diferidos não reconhecidos

A Companhia não constituiu impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turnaround* e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 3.110.671 (R\$ 3.193.969 em 31 de dezembro de 2025) a realizar de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	8.210.949	2.052.737	8.656.410	2.164.102
Base negativa de CSLL	8.982.755	808.448	8.660.757	779.468
Diferenças temporárias	733.781	249.486	736.466	250.399
Total	17.927.485	3.110.671	18.053.633	3.193.969

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

17 Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão	Depósitos Judiciais
Cíveis	376.284	17.008	365.577	8.915
Fiscais	-	1.895	-	212
Trabalhistas	539.936	204.251	520.348	206.152
Regulatórias	86.003	-	80.536	-
Ambiental	42.820	-	40.480	-
Total	1.045.043	223.154	1.006.941	215.279
Circulante	423.327	2.369	409.941	4.887
Não circulante	621.716	220.785	597.000	210.392

17.1 Movimentação dos processos no período

	31/12/2025		30/06/2026			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	365.577	18.924	(19.748)	(9.719)	21.250	376.284
Trabalhistas	520.348	40.523	(44.749)	(10.045)	33.859	539.936
Regulatórios	80.536	-	-	-	5.467	86.003
Ambiental	40.480	-	-	(45)	2.385	42.820
Total	1.006.941	59.447	(64.497)	(19.809)	62.961	1.045.043

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas no período; e
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No período findo em 30 de junho de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	115.437	109.482
Fiscais	100.523	94.722
Trabalhistas	6.741	6.395
Total	222.701	210.599

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos:

i) Cíveis

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação indenizatória movida por Banco Master (Banco Máxima) em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 282.409 (R\$ 266.898 em 31 de dezembro de 2025). Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes. O pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2026 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 115.437 (R\$ 109.482 em 31 de dezembro de 2025) para as quais não foi constituída provisão. Desse montante, destaca-se o processo que envolve ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 81.039 (R\$ 75.868 em 31 de dezembro de 2025). O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite. Referente à esta ação rescisória, na data de 01 de junho de 2026, houve publicação de decisão favorável à Companhia, julgando improcedente a ação indenizatória movida pelo Banco. Desta decisão, ainda cabe recurso pela parte adversa.

ii) Trabalhistas

Os processos, cuja possibilidade de perda é avaliada como provável pela Administração, com base na avaliação, estão no montante de R\$ 539.936 em 30 de junho de 2026 (R\$ 520.348 em 31 de dezembro de 2025) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Existem outros processos trabalhistas cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2026 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 6.741 (R\$ 6.395 em 31 de dezembro de 2025) para as quais não foi constituída provisão.

iii) Regulatórios

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, o valor de R\$ 75.814, em 30 de junho de 2026 (R\$ 70.958 em 31 de dezembro de 2025, refere-se às multas aplicadas pela AGERGS, Auto de infração 01/2022 - Multa regulatória por não apresentar as informações solicitadas no prazo determinado pelo agente de fiscalização; Auto de infração 02/2022 - Multa regulatória após fiscalização em campo por deixar de cumprir ao disposto nos Procedimentos de Distribuição; e Auto de infração 06/2023 - Multa regulatória após fiscalização da qualidade do Fornecimento.

18 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema 69 da Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal definiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, considerando o ICMS destacado nas notas fiscais.

Em atendimento a essa decisão e conforme a Lei nº 14.385/22, a Companhia reconheceu créditos tributários relativos aos valores pagos indevidamente, bem como os correspondentes passivos regulatórios, considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324 e, em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento ratificando a constitucionalidade da referida Lei. Contudo, foram opostos embargos de declaração pela ABRADEE, atualmente pendentes de apreciação, os quais discutem aspectos relevantes da operacionalização da decisão, tais como a abrangência da irrepetibilidade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido, a forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial, entre outros pontos de ambiguidade.

Nesse sentido, a Administração monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento e a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas.

Os saldos passivos são amortizados via CVA, em atendimento à nota técnica nº 9/2021–FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária ocorridos a cada ciclo. Os valores passivos constituídos pela Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do período.

No segundo trimestre de 2026, a Companhia reconheceu um incremento de créditos tributários decorrentes da tese de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$ 440.963 ativo, passivo de R\$ 362.445 e feito líquido do resultado no montante de R\$ 78.518. O reconhecimento decorre da atualização das apurações e das premissas adotadas para mensuração do ativo tributário.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	241.410	230.478
Incremento do principal	185.760	-
Atualização monetária	186.716	14.934
Compensação	(49.616)	(4.002)
Saldo final	564.270	241.410
Passivo		
Circulante	36.993	86.609
Não circulante	527.277	154.801
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	564.270	241.410

18.1 Expectativa de PIS/COFINS a recuperar

A Companhia possui um total de R\$ 826.830 em impostos e contribuições a recuperar, dos quais o montante de R\$ 660.973 refere-se a ativo de PIS/COFINS a recuperar, referente a exclusão da base de cálculo do ICMS, líquido de compensação com impostos federais, após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito e julgado da ação. A expectativa de realização desses créditos tributários foi estimada em conformidade com os critérios estabelecidos pela Lei nº 14.385/2022, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	264.793	40%
2027	132.396	20%
2028	263.784	40%
Não circulante	396.180	60%
Total	660.973	100%

19 Patrimônio líquido negativo

19.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.385.861 (R\$ 3.385.861 em 31 de dezembro de 2025), correspondente a um total de 68.090.916 (sessenta e oito milhões, noventa mil, novecentas e dezesseis) ações ordinárias e 164.014 (cento e sessenta e quatro mil e quatorze) ações preferenciais, e o capital autorizado é de R\$ 3.885.861 (R\$ 3.885.861 em 31 de dezembro de 2025). As ações, nominativas e sem valor nominal, e principais acionistas estão demonstrados a seguir:

	30/06/2026			
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	64.920.583	1.087	64.921.670	95,12%
AXIA Energia S.A.	3.067.033	87.638	3.154.671	4,62%
Outros	103.300	75.289	178.589	0,26%
Total (a)	68.090.916	164.014	68.254.930	100,00%

- a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o período findo em 30 de junho de 2026.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



19.2 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir concilia o prejuízo do período com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	01/04/2026 a 30/06/2026			01/01/2026 a 30/06/2026		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador:						
Lucro do período	73.212	176	73.388	32.503	78	32.581
Denominador:						
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	68.091	164	68.255	68.091	164	68.255
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	1,07520	1,07520	1,07520	0,47734	0,47734	0,47734

	01/04/2025 a 30/06/2025			01/01/2025 a 30/06/2025		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador:						
Prejuízo do período	(234.763)	(565)	(235.328)	(238.136)	(574)	(238.710)
Denominador:						
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	68.091	164	68.255	68.091	164	68.255
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	(3,44778)	(3,44778)	(3,44778)	(3,49733)	(3,49733)	(3,49733)

Em 30 de junho de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

20 Planos de incentivos de longo prazo

A Equatorial S.A. Instituiu planos de incentivo aos colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

20.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o período

	Número de Opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	112.500	-	112.500	26,04
Encerradas durante o período/exercício				
Encerramento ao fim do período/exercício 6ª Outorga	112.500	25,34	112.500	25,73
Existentes ao fim do período/exercício	112.500	-	112.500	-

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 30 de junho de 2026 era de 4,50 anos (4,00 anos, em 31 de dezembro de 2025). Não houve novas outorgas durante o período findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para o período findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Premissas	30/06/2026	31/12/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	12,53	11,92
Rendimento de dividendos (%)	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Volatilidade esperada (%)	30,89	31,77
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	12,20	10,30
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,50	4,00
Média ponderada do preço das ações (R\$)	26,88	33,05
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 91 (R\$ 204 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period*, que é avaliado em cada data base.

20.2 Plano de outorga de "Phantom Shares".

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom Shares" referentes aos anos de 2023, 2025 e 2026.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do período de 30 de junho de 2026, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

	Número de ações 30/06/2026	Valor justo médio ponderado 30/06/2026	Número de ações 31/12/2025	Valor justo médio ponderado 31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	221.528	38,41	172.452	31,60
Canceladas/ transferidas durante o período/exercício (a)	(45.571)	-	(13.242)	-
Outorgadas durante o período/exercício	99.735	-	117.318	-
Pagamentos durante o período/exercício	(32.500)	-	(55.000)	-
Existentes ao fim do período/exercício	243.192	42,29	221.528	38,41

a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membros do mesmo grupo econômico.

O Plano de 2019 esteve atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários tiveram direito de receber, do qual dependeu da TIR obtida no projeto vinculado às suas metas de *performance*. As quantidades de ações para esse plano puderam variar conforme o desempenho, sendo multiplicadas por um percentual entre 90% e 110%. O referido plano foi encerrado em maio de 2026.

Para os planos de 2023, 2025 e 2026, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* do plano e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da quantidade-alvo.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo 30 de junho de 2026, foi reconhecida uma despesa de R\$ 895 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (provisão de R\$ 756 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

20.3 Plano de Outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* referentes ao Programa de 2024 serão entregues aos participantes em quatro *tranches* iguais, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total em cada data de aniversário da outorga. A entrega ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados de cada data de cumprimento do respectivo período de carência.

As Ações *Matching Shares* referentes aos Programas de 2025 e 2026 foram entregues aos participantes na Data de Outorga, permanecendo bloqueadas até o cumprimento do respectivo período de carência. O desbloqueio ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados da data de cumprimento da carência.

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

<i>Em ações</i>	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
Existentes em 1ª de janeiro	8.201	-	-	-
Outorgadas durante o período/exercício	8.241	40,44	8.201	32,22
Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga	8.201	32,22	8.201	32,22
Existentes ao fim do período/exercício 3ª Outorga	8.241	40,44	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	16.442	-	8.201	32,22

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 108 (sem movimento no período findo em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o período que é avaliado em cada data base.

21 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita de distribuição (a)	1.474.689	3.297.138	1.177.304	2.753.145
Remuneração financeira <i>WACC</i> (b)	5.235	10.205	6.539	13.840
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c)	202.358	166.512	216.475	139.188
Subvenção CDE - Outros (d)	89.793	206.484	54.760	109.520
Fornecimento de energia elétrica	1.772.075	3.680.339	1.455.078	3.015.693
Suprimento de energia elétrica (e)	(31.650)	26.144	21.511	44.679
Receita pela disponibilidade - uso da rede (f)	202.722	439.776	209.802	403.155
Receita de construção	281.750	589.774	302.308	610.502
Atualização do ativo financeiro da concessão	23.547	39.283	8.766	46.863
Outras receitas (h)	404.523	452.097	42.920	91.802
Receita operacional bruta	2.652.967	5.227.413	2.040.385	4.212.694
Deduções				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(288.841)	(616.982)	(241.331)	(518.552)
PIS e COFINS	(199.060)	(375.906)	(177.039)	(281.994)
Encargos do consumidor	(13.590)	(29.172)	(12.087)	(25.476)
ISS	-	(9)	(46)	(68)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (g)	(278.020)	(556.088)	(191.906)	(383.963)
Penalidades DIF/FIC e outras	(13.073)	(30.050)	(11.733)	(34.072)
Deduções da receita operacional	(792.584)	(1.608.207)	(634.142)	(1.244.125)
Receita operacional líquida	1.860.383	3.619.206	1.406.243	2.968.569

- (a) No segundo trimestre de 2026, o mercado fio B e a energia faturada no mercado livre apresentaram crescimento em relação ao mesmo período de 2025. O mercado fio B avançou 5,6% no trimestre e 2,1% no acumulado do semestre, enquanto a energia faturada no mercado livre cresceu 9,0% e 11,3%, respectivamente;
- (b) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (*WACC*) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;
- (c) A variação positiva de R\$ 27.324 nos ativos e passivos regulatórios decorre principalmente de: (i) constituições líquidas superiores às registradas no período comparativo, impactando positivamente o resultado em R\$ 317.108, em função da alteração da posição regulatória de passiva para ativa, principalmente pelo comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL; (ii) amortizações dos componentes financeiros do último reajuste tarifário, com impacto negativo de R\$ 267.184; (iii) efeito negativo de R\$ 24.346 relacionado à CVA de Bandeira; e (iv) efeito positivo de R\$ 1.746 decorrente da receita de ultrapassagem de demanda e excedente reativo;
- (d) O aumento do subsídio tarifário no acumulado do 1º semestre 2026, em comparação com o mesmo período anterior, está associado ao crescimento do mercado livre que adquire energia de fonte incentivada e do crescimento dos consumidores do Sistema de Compensação de Energia Elétrica. Além disso, é importante destacar o efeito do Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2025, vigente a partir de novembro de 2025, que estabeleceu um reajuste médio de 19,53% nas tarifas de energia elétrica;
- (e) A receita de suprimento de energia elétrica diminuiu em 30 de junho de 2026 em razão do movimento da conta contábil. Houve reversão das provisões de receita das competências do primeiro trimestre no segundo semestre com valores realizados menores do o previsto, resultando em apuração menor de receita nas vendas desse mercado;
- (f) A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II e III, representando aumento dos consumidores que injetam energia na rede da distribuidora e reduzem seu valor de fatura, que é subvencionado via aporte CDE;
- (g) A variação observada na linha de Conta de Desenvolvimento Energético-CDE USO decorre, principalmente, da atualização dos valores estabelecidos pela Resolução Homologatória nº 3.564, de 09 de dezembro de 2025 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, a qual definiu as quotas da CDE USO e CDE GD aplicáveis ao período de 2026 em valores superiores aos vigentes em 2025. Essa variação é composta por: (i) aumento de R\$ 131.817 para CDE USO; e (ii) aumento de R\$ 40.308 na CDE GD. O aumento verificado para 2026 reflete, entre outros fatores, a necessidade de recomposição dos recursos da CDE para cobertura de subsídios tarifários, encargos associados à geração distribuída, programas sociais (como a Tarifa Social de Energia Elétrica) e outros custos regulatórios definidos pela agência reguladora; e
- (h) A variação ocorreu, principalmente, em virtude do Programa de Transação Tributária “Acordo Gaúcho”, realizado em abril de 2026, conforme descrito na nota explicativa nº 15 - Impostos e contribuições a recolher.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)



22 Custo do serviço e despesas operacionais

01/04/2026 a 30/06/2026						01/01/2026 a 30/06/2026					
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total		Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(14.676)	(9.737)	(18.104)	-	(42.517)		(22.071)	(19.293)	(29.326)	-	(70.690)
Material	11.735	(242)	(336)	-	11.157		6.795	(514)	(794)	-	5.487
Serviços de terceiros	(37.957)	(38.442)	(38.556)	-	(114.955)		(95.417)	(73.921)	(65.188)	-	(234.526)
Custos com energia elétrica	(842.094)	-	-	-	(842.094)		(1.734.886)	-	-	-	(1.734.886)
Custo de construção	(281.750)	-	-	-	(281.750)		(589.774)	-	-	-	(589.774)
PECLD- nota explicativa nº 6.2	-	-	-	9.378	9.378		-	-	-	(17.646)	(17.646)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(18.381)	-	(18.381)		-	-	(39.638)	-	(39.638)
Amortização	(117.496)	-	(4)	-	(117.500)		(189.644)	-	(9.506)	-	(199.150)
Outros	(150)	(192)	(1.014)	(7.155)	(8.511)		(152)	(699)	(7.165)	(7.252)	(15.268)
Total	(1.282.388)	(48.613)	(76.395)	2.223	(1.405.173)		(2.625.149)	(94.427)	(151.617)	(24.898)	(2.896.091)

01/04/2025 a 30/06/2025						01/01/2025 a 30/06/2025					
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total		Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(11.070)	(10.325)	(12.086)	-	(33.481)		(23.236)	(20.533)	(19.108)	-	(62.877)
Material	(4.275)	(591)	(533)	-	(5.399)		(6.264)	(1.036)	(698)	-	(7.998)
Serviços de terceiros	(58.124)	(38.072)	(19.342)	-	(115.538)		(127.917)	(65.078)	(34.084)	-	(227.079)
Custos com energia elétrica	(796.685)	-	-	-	(796.685)		(1.565.776)	-	-	-	(1.565.776)
Custo de construção	(302.308)	-	-	-	(302.308)		(610.502)	-	-	-	(610.502)
PECLD - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(6.367)	(6.367)		-	-	-	(35.224)	(35.224)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(22.317)	-	(22.317)		-	-	(37.694)	-	(37.694)
Amortização	(68.309)	-	1.579	-	(66.730)		(108.071)	-	(4.369)	-	(112.440)
Outros	(191)	(563)	(1.994)	(427)	(3.175)		(503)	(1.481)	(4.450)	(1.300)	(7.734)
Total	(1.240.962)	(49.551)	(54.693)	(6.794)	(1.352.000)		(2.442.269)	(88.128)	(100.403)	(36.524)	(2.667.324)

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



23 Custos com energia elétrica

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026		01/04/2025 a 30/06/2025		01/01/2025 a 30/06/2025	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão	1.207	(325.735)	2.488	(596.346)	1.188	(302.410)	2.441	(601.452)
Contratos Eletronuclear	43	(19.668)	86	(38.404)	72	(23.340)	143	(46.684)
Contratos cotas de garantias	203	(44.183)	445	(123.007)	245	(58.340)	534	(110.069)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (a)	-	(48.474)	-	(97.031)	-	(27.674)	-	(64.922)
Energia bilateral	4	(2.660)	6	(5.103)	7	(2.635)	12	(5.056)
Energia de curto prazo – CCEE (b)	-	(142.861)	-	(359.557)	-	(115.186)	-	(203.787)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	33	(22.976)	69	(45.952)	70	(25.433)	70	(50.865)
Itaipu (c)	338	(79.864)	686	(168.158)	669	(98.008)	708	(179.243)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	90.019	-	171.897	-	78.906	-	149.473
Geração distribuída (d)	-	5.559	-	28.158	(353)	(151)	-	(11.356)
Subtotal	1.828	(590.843)	3.780	(1.233.503)	1.898	(574.271)	3.908	(1.123.961)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e)	-	(251.251)	-	(501.383)	-	(222.414)	-	(441.815)
Total	1.828	(842.094)	3.780	(1.734.886)	1.898	(796.685)	3.908	(1.565.776)

- (a) O aumento nas despesas associada ao ESS no período findo em 30 de junho de 2026 deve-se ao aumento no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito quando a geração de energia solar diminui ao final do dia, o que faz o ONS despachar usina térmica, ocasionando aumento dos pagamentos associados a este encargo e além do aumento do Encargo de Energia de Reserva para pagar as usinas do PCS;
- (b) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 155.770, em virtude do aumento da despesa dos itens que compõe o Mercado de Curto prazo no período findo em 30 de junho de 2026 em relação a 30 de junho de 2025;
- (c) A variação decorre dos custos do contrato da Usina de Itaipu e de seus impactos na liquidação na CCEE, no âmbito do Mercado de Curto Prazo. Esses fatores resultaram em redução de 6,19% nas despesas em relação a 2025, influenciado pela variação cambial em 2026;
- (d) Os valores referem-se à compensação de créditos de energia gerados por consumidores antes da aplicação da Resolução Normativa ANEEL nº 1.114/2025. Tais créditos, constituídos com base na energia excedente injetada por unidades de microgeração e minigeração distribuída, são valorados pelo Preço Médio de Compra de Energia (PMIX). A Resolução Normativa ANEEL nº 1.114/2025 alterou os Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) para incorporar os efeitos da energia injetada pela MMGD na apuração da energia requerida e das perdas não técnicas. A partir da aplicação da nova metodologia no processo tarifário da Companhia, os efeitos associados à energia injetada passaram a ser refletidos na cobertura tarifária de compra de energia e na respectiva CVA. Consequentemente, a variação apresentada no período decorre da baixa das obrigações anteriormente reconhecidas, à medida que os créditos constituídos antes da aplicação da nova metodologia tarifária são compensados pelos consumidores ou extintos nos termos da regulamentação aplicável; e
- (e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, RAP, cujos valores são reajustados anualmente. As tarifas em vigor foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.482 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, e contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

(*) não revisado.

24 Outras despesas operacionais, líquidas

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Outras receitas operacionais				
Outras receitas operacionais	2.419	5.935	726	829
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	32.453	58.807	21.737	54.196
Total	34.872	64.742	22.463	55.025
Outras despesas operacionais				
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(146.235)	(174.605)	(31.712)	(37.654)
Indenização por danos a terceiros	(3.426)	(5.830)	(2.939)	(5.784)
Provisão para perda de estoque	-	-	(30)	(13.031)
Reversão (baixa) de recebíveis incobráveis (c)	(1.137)	(1.332)	3.830	(1.337)
Outras despesas operacionais	(7.111)	(8.565)	3.936	2.752
Total	(157.909)	(190.332)	(26.915)	(55.054)
Efeito líquido total	(123.037)	(125.590)	(4.452)	(29)

- (a) A Companhia realiza avaliações periódicas de seus estoques/obras a fim de identificar materiais com baixa movimentação, constituindo provisão para perdas como forma de refletir o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado corresponde, em sua maioria, a itens obsoletos, de baixa rotatividade e/ou danificados. Para os materiais sem expectativa de benefício econômico, a distribuidora constitui provisão, uma vez que esses itens atendem às premissas previamente estabelecidas. Quando tais premissas deixam de ser atendidas, procede-se à reversão da respectiva provisão;
- (b) Estes saldos referem-se, principalmente, a baixas de poste, condutores, religadores e transformadores, que foram baixados por estarem danificados por ações climáticas ou através do uso e findando sua vida útil; e

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



(c) No período findo em 30 de junho de 2026 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 45.044 e R\$ 43.712 (sendo R\$ 43.504 do contas a receber de clientes, conforme nota explicativa nº 6.2 - Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, e R\$ 208 de outros créditos a receber), respectivamente, resultando em um montante líquido de R\$ 1.332.

25 Resultado financeiro

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	49.292	92.988	41.998	66.468
Valores a receber/devolver parcela A	34.328	74.492	22.934	43.514
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	14.214	215.840	(38.491)	125.035
Acréscimo moratório de energia vendida	11.201	27.393	61.441	84.277
Receita financeira de AVP	6.592	11.785	2.736	6.099
PIS/COFINS sobre receita financeira	(14.899)	(19.962)	(5.131)	(9.074)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	341	852	(70)	2.020
Variação monetária e cambial (d)	(62.983)	88.600	43.793	115.867
Marcação a valor justo (e)	154.003	154.003	60.328	60.328
Reversão de PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	352	534	-	-
Outras receitas financeiras (f)	230.053	244.077	13.070	28.933
Total	422.494	890.602	202.608	523.467
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	(229.459)	(440.199)	(170.253)	(309.633)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(86.829)	(368.898)	(90.854)	(333.248)
Valores a receber/devolver parcela A	(14.419)	(25.942)	(18.800)	(34.599)
Variação monetária e cambial (d)	(103.851)	(141.434)	(15.024)	(54.677)
Marcação a valor justo (e)	11.411	(84.943)	(146)	(146)
Despesa financeira de AVP	(10.350)	(10.402)	(17.466)	(17.466)
Atualização de contingências	(31.439)	(62.961)	(33.658)	(61.232)
Multas	(11)	(790)	(40.987)	(42.188)
Juros, multas s/ operação de energia	(25)	(50)	(140)	(279)
Despesa com aval	-	(3.312)	(4.025)	(16.076)
Encargos sobre déficit atuarial	(22.540)	(45.080)	(24.273)	(48.547)
Juros, multas s/ impostos	(45.785)	(104.358)	(58.574)	(113.370)
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	(471)	(723)	-	-
Outras despesas financeiras (c)	(147.511)	(166.454)	(13.527)	(31.932)
Total	(681.279)	(1.455.546)	(487.727)	(1.063.393)
Efeito líquido total	(258.785)	(564.944)	(285.119)	(539.926)

- (a) A variação positiva nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, do aumento da disponibilidade de caixa e aplicações financeiras da Companhia no período, em comparação ao período findo em 30 de junho de 2025;
- (b) Refere-se às operações de *swap* designadas como *hedge* de fluxo de caixa, cuja despesa nos períodos de janeiro a junho de 2025 e 2026 foi impactada principalmente pela variação cambial. Entre dezembro de 2024 e junho de 2025, o dólar apresentou redução de R\$ 6,19 para R\$ 5,46 (-13,47%), enquanto entre dezembro de 2025 e junho de 2026 passou de R\$ 5,50 para R\$ 5,18 (-6,29%). Essa menor oscilação cambial no período de 2026 contribuiu para a redução da despesa financeira em comparação ao período anterior;
- (c) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de encargos, juros e multas do parcelamento de ICMS, conforme saldos apresentados na nota explicativa nº 15 – Impostos e contribuições a recolher;
- (d) A despesa acumulada em 30 de junho de 2026, de variação cambial e monetária da dívida, ocorreu, principalmente, devido aos ingressos de novas dívidas, corrigidas pelo IPCA;
- (e) O saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e
- (f) A variação entre os períodos, se deu, principalmente, pelo reconhecimento de incremento de créditos tributários, conforme apresentado na nota explicativa nº 18 - PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 13.4 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e nº 14.4 *Covenants* das debêntures.

26.2 Estratégia de utilização de derivativos

A Companhia realiza *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

26.3 Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice de *hedge*

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante nocional, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

26.4 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o período findo em 30 de junho de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	123.468	123.468	890.697	890.697
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.293.470	1.293.470	1.299.333	1.299.333
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	12.128	12.128	11.513	11.513
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	656.460	656.460	495.548	495.548
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	1.443.538	1.443.538	1.116.348	1.116.348
Total			3.529.064	3.529.064	3.813.439	3.813.439

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedor	-	Custo amortizado	575.951	575.951	731.373	731.373
Fornecedores – Risco Sacado	-	Custo amortizado	60.934	60.934	60.757	60.757
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	2.233.158	2.226.764	1.824.299	1.833.152
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	413.316	413.316	426.384	426.384
Debêntures	-	Custo amortizado	5.401.738	5.401.738	4.603.979	4.544.943
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	1.194.146	1.194.146	1.197.881	1.197.881
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	134.300	134.300	-	-
Passivo de arrendamento	-	Custo Amortizado	4.913	4.913	5.605	5.605
Total			10.018.456	10.012.062	8.850.278	8.800.095

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



26.5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado em Moeda Estrangeira	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de hedge	Juros	Indexadores	Valor Justo	
									30/06/2026	31/12/2025
									Total	Total
Itaú	23/12/2022	15/12/2029	-	250.000	Bullet	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,1498% a.a./CDI + 1,08% a.a.	(17.745)	(14.577)
Citibank	30/06/2023	27/01/2027	USD 120.000	583.800	Semestral	Fluxo de Caixa	Semestral	Sofr + 1,09% a.a./CDI + 1,85% a.a.	28.977	68.685
Bank of America	06/07/2023	29/01/2027	USD 48.000	233.760	Bullet	Fluxo de Caixa	Anual	6,7882% a.a./CDI + 1,8475% a.a.	(8.028)	20.643
XP	19/06/2024	15/05/2036	-	250.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,5596% a.a. / CDI + 0,29% a.a.	(36.032)	(26.431)
BTG	04/10/2024	15/09/2036	-	420.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI + 0,24% a.a.	(46.657)	(28.972)
Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	300.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,020% a.a.	(16.344)	(3.806)
Bradesco	22/07/2025	15/08/2043	-	430.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,3350% a.a.	(18.598)	(4.029)
Scotiabank	29/04/2026	27/04/2029	USD 100.000	495.500	Bullet	Câmbio	Semestral	4,7390% a.a./ CDI + 0,98% a.a.	(7.745)	-
Total									(122.172)	11.513
Ativo (Passivo) circulante									12.128	7.305
Ativo (Passivo) não circulante									(134.300)	4.208
Efeito líquido total									(122.172)	11.513

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve mudança nas políticas de instrumentos financeiros em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 28.4 – Instrumentos financeiros derivativos das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026	30/06/2025
		Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	2.963.060	(122.171)	2.467.560	89.329	(15.586)	79.461

26.6 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 28.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

27 Demonstração dos fluxos de caixa

27.1 Transações que não afetam caixa

O IAS 7/CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferência de ativos de contrato para ativo intangível	1.159.659
Transferência de ativos de contrato para ativo financeiro	291.294
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	8.822
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	36.224
Total	1.495.999
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos	6.262
Resultado de <i>hedge accounting</i>	15.586
Total	21.848
Total	1.517.847

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



27.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxo de caixa	Pagamento de juros	Mudança no valor justo	Outros (a)	30/06/2026
Empréstimos e financiamentos	2.250.683	412.658	(68.862)	(14.913)	66.908	2.646.474
Debêntures	5.801.860	750.000	(334.216)	-	378.240	6.595.884
Instrumentos financeiros derivativos	12.128	-	(34.962)	15.586	153.061	145.813
Passivos de arrendamento	5.605	(716)	(350)	-	374	4.913
Total	8.070.276	1.161.942	(438.390)	673	598.583	9.393.084

- (a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros, e resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos.

28 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 (*)
Energia contratada (em R\$ mil)	2026 a 2037	1.464.094	2.312.346	2.421.730	28.602.219
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2037	3.723.159	7.732.216	7.810.737	76.764.395

(*) estimado em 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

29 Eventos subsequentes

Ocorrência de eventos climáticos

Em 06 e 07 de agosto de 2026, a área de concessão da Companhia foi impactada por um evento climático severo associado à formação de um ciclone extratropical, posteriormente caracterizado como "ciclone-bomba", que ocasionou ventos intensos, chuvas e danos à infraestrutura em diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul. O evento afetou 34 dos 72 municípios da área de concessão da Companhia e provocou interrupções no fornecimento de energia elétrica e, em seu momento mais crítico, aproximadamente 375 mil unidades consumidoras tiveram o fornecimento interrompido na área de atuação da Companhia.

A Companhia acionou seu plano de contingência, mobilizando mais de 500 equipes próprias e terceirizadas, além de recursos adicionais para atendimento das ocorrências e recomposição do sistema elétrico. As ações implementadas tiveram como objetivo restabelecer o fornecimento de energia aos consumidores afetados no menor prazo possível.

O atendimento foi substancialmente normalizado no dia 12 de agosto. Os danos identificados concentram-se, principalmente, em postes, cabos, transformadores e demais componentes da infraestrutura de distribuição atingidos pelo evento climático.

A Administração está avaliando os impactos econômico-financeiros decorrentes desse evento, incluindo os custos associados à recomposição dos ativos e à prestação do serviço.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Vice-Presidente

David Abdalla Pires Leal

Marcos Antônio Souza de Almeida

João Alberto da Silva Neto

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Dorgival Soares da Silva

Thiago Wolf Pereira

Vanderlei Dominguez da Rosa

Maria Salete Garcia Pinheiro

Suplentes

Adilson Celestino de Lima

Francisco Renato da Costa Garcez

Rafael de Souza Morsch

Marízio Martins da Costa

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho

Comitê de Auditoria Estatutário

Tinn Freire Amado
Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Riberto José Barbanera
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-RS